## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para proibir progressão de pena aos condenados por crimes sexuais.

Art. 1º Fica vedada a progressão de pena nos casos de condenação por crime de estupro, violação sexual mediante fraude e crimes sexuais contra vulnerável contidos nos artigos 213, 215, 215-A, 217-A, 218, 218-A, 218B e 218-C.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Notícia publicada pela Agência Brasil em 13 de novembro de 2023 mostra dados de levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o qual aponta que "a cada 8 minutos, uma menina ou mulher foi estuprada no primeiro semestre deste ano no Brasil, maior número da série iniciada em 2019. Foram registrados 34 mil estupros e estupros de vulneráveis de meninas e mulheres de janeiro a junho, o que representa aumento de 14,9% em relação ao mesmo período do ano passado".

A execução de crimes sexuais é uma violação grave dos direitos humanos e uma afronta à dignidade das vítimas, pois atenta contra a dignidade e integridade do ser humano. Esses crimes trazem sérios impactos psicológicos sobre as vítimas.





A concessão de progressão de pena pode aumentar a probabilidade de um criminoso sexual voltar a cometer tais atos, representando uma ameaça contínua para a população.

A ideia de que o agressor pode ser libertado antes de cumprir a totalidade da pena pode gerar ansiedade e medo nas vítimas, em sua maioria mulheres e crianças, prejudicando seu processo de recuperação e dificultando a reintegração na sociedade.

A alteração do Código Penal para impedir a progressão de pena de estupradores é uma medida crucial para reforçar a proteção das vítimas e garantir a segurança da sociedade. Ao negar a progressão a esses criminosos, estamos enviando uma mensagem clara de repúdio a atos tão hediondos, além de desestimular a reincidência.

Este projeto, ao restringir os benefícios de progressão de pena, pretende desencorajar tais comportamentos violentos, transmitindo a mensagem de que a sociedade repudia vigorosamente esses atos.

Desta forma, essa modificação no Código Penal é um passo fundamental em direção a uma justiça mais eficaz e a uma sociedade mais segura.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado MESSIAS DONATO REPUBLICANOS/ES



